



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA DISCURSIVA

PARTE I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em seu caderno de textos definitivos. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém propostas para a elaboração de quatro questões discursivas, correspondentes à prova discursiva — parte I, acompanhadas de páginas para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 4 Será permitida, durante a realização da prova, a consulta à legislação não comentada, não anotada e não comparada, impressos da Internet (somente atualizações de códigos e leis), códigos, leis de introdução dos códigos, exposição de motivos, instruções normativas, regimento interno, simples remissão a artigos, simples utilização de marca-textos ou traço ou índice e(ou) índice remissivo, vedado o exame de súmulas.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 6 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva — parte I.
- 7 Nenhuma folha deste caderno de prova ou do caderno de textos definitivos poderá ser destacada.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA – PARTE I

- Nesta parte da prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA – PARTE I**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além do limite de sessenta linhas será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

No dia 2/10/2008, no decorrer de uma fiscalização de trânsito, foi constatado que o condutor de um veículo, legalmente habilitado, trafegava em via pública em visível estado de embriaguez, comprovado mediante utilização de bafômetro que acusou concentração superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue. Na ocasião, uma testemunha afirmou que o condutor, antes da abordagem, realizara manobras perigosas no curso da via, colocando em risco a segurança viária e expondo a dano potencial a incolumidade de outrem. Apresentados o condutor do veículo e a referida testemunha à autoridade policial competente, foi adotado o procedimento legal cabível e os autos, após concluídos, foram remetidos ao Poder Judiciário. Registre-se que o autor da conduta é primário, todavia está sendo processado pela prática de uma contravenção penal.

Considerando as informações apresentadas, à luz dos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais dominantes no que diz respeito ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), à Lei n.º 9.099/1995 e aos seus critérios orientadores, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ obrigatoriedade de realização do teste de alcoolemia, conforme definido no CTB, e sua compatibilidade com o sistema de provas adotado no Código de Processo Penal;
- ▶ necessidade da ocorrência de perigo concreto para a tipificação do delito sob análise;
- ▶ aplicabilidade da suspensão condicional do processo como alternativa à imposição de pena privativa de liberdade, iniciativa de sua aplicação e natureza jurídica do instituto.

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 2

Bruno, oficial da polícia militar do estado do Espírito Santo, foi condenado à pena privativa de liberdade por três anos de reclusão pelo delito de peculato, cuja sentença penal condenatória transitou em julgado, tendo-lhe sido fixado o regime inicial aberto, na forma do Código Penal comum. O referido oficial encontra-se custodiado no batalhão motorizado da capital, por força da prisão preventiva, ocorrida há mais de seis meses, enquanto aguarda o desfecho do procedimento de declaração de indignidade para o oficialato.

Com referência à situação hipotética acima e com base no direito penal militar, no direito processual penal militar e na execução penal, redija um texto dissertativo, de forma fundamentada, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ cumprimento do regime prisional fixado na sentença e estabelecimento prisional;
- ▶ juízo competente para conhecer, processar e julgar os incidentes na execução penal;
- ▶ progressão de regime prisional e seus lapsos temporais;
- ▶ possibilidade do livramento condicional.

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 3

Ajuizada ação sob o rito especial da interdição por Felipe em desfavor de Antônio, Maria protocolou oposição na qual argumenta que é esposa de Antônio, enquanto o autor é apenas filho, e que, por essa razão, ela deve ser obrigatoriamente a curadora de seu marido. Maria requereu o processamento da oposição e, de forma subsidiária, que seu pedido fosse considerado pelo juiz na oportunidade em que se desse o julgamento da interdição.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo acerca do cabimento da oposição e do alegado direito à nomeação de Maria como curadora.

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 3 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 4

Estudos da Organização das Nações Unidas apontam que 10% da população dos países em desenvolvimento apresenta algum tipo de deficiência. A Organização Mundial de Saúde, no Programa de Ação Mundial para a Pessoa com Deficiência, publicado pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1997, define deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Envolve comprometimentos cognitivos, sensoriais (visuais ou auditivos), físicos ou múltiplos, que, muitas vezes, trazem como consequência a necessidade de complemento educativo adicional ou diferente daquele que é normalmente praticado nas escolas de ensino regular (Sanches, 1995).

Lentamente, a partir da década de 70 do século XX, a escola começou a se abrir para receber as pessoas portadoras da citada necessidade, na expectativa de que se adaptassem sem causar danos à instituição escolar. Iniciou-se, então, o atendimento a tais pessoas com base no paradigma da integração, surgindo e proliferando as classes especiais, não por motivos humanitários, mas para garantir que as crianças deficientes não interferissem no ensino ou impossibilitassem a instrução adequada dos demais alunos matriculados na classe (Sasaki, 1997).

No final da década de 80 e início da década de 90 do século passado, surgiu em todo o mundo um novo paradigma: a inclusão. Essa prática baseia-se em princípios diferentes do convencional, ou seja, busca-se a aceitação das diferenças individuais, assim como a valorização do indivíduo, promovendo a convivência dentro da heterogeneidade e a aprendizagem por meio da cooperação. Ao contrário do modelo da integração, que visava à inserção da pessoa com deficiência desde que estivesse preparada para conviver em sociedade, o da inclusão objetiva a modificação da sociedade como requisito para que tais pessoas alcancem o seu desenvolvimento e exerçam sua cidadania. Iniciou-se o desafio de mudança da escola, que se propõe a incluir, atender e reconhecer todos os alunos com necessidades especiais.

Atualmente, percebe-se que as pessoas com deficiência estão, mesmo que de forma lenta, superando suas carências, alcançando um nível mais elevado de escolarização e chegando, algumas, a ocupar um espaço na universidade.

Centro de Ciências Sociais Aplicadas — Anais do IX Seminário de Pesquisa.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda as seguintes questões.

- ▶ Como atua do Ministério Público na defesa dos direitos dos portadores de deficiência na educação inclusiva?
- ▶ Como a criminalização do preconceito contra os portadores de deficiência pode contribuir para a efetivação do direito ao acesso a uma educação inclusiva?
- ▶ Em que aspectos da legislação brasileira observa-se o paradigma inclusivo no tratamento dispensado aos portadores de deficiência em seu processo de escolarização?

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 4 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – QUESTÃO 4 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

